

A questão Jerusalém



Por **ISADORA WADI STADUTO & JOÃO FERES JR.***

Como os principais jornais brasileiros tratam a história de conflitos que marcam Jerusalém

Em 28 de janeiro de 2020 o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciaram um plano de paz para a resolução do conflito entre Israel e a Palestina. Chamado de “oportunidade histórica” pelos dois chefes de Estado, o plano foi traçado sem qualquer diálogo com a Autoridade Palestina. Entre outras coisas, o acordo “histórico” aponta Jerusalém como capital indivisível do Estado de Israel. Essa posição não é inédita e foi construída pelo presidente Trump desde sua campanha eleitoral de 2016, quando prometeu realizar a transferência da embaixada estadunidense de Tel Aviv para aquela cidade.

Jerusalém tem sua história marcada pelo conflito. A Organização das Nações Unidas, ao fazer a partilha da Palestina, fundando o Estado de Israel e destinando um território aos palestinos, sem declaração de Estado, determina que o lado ocidental da cidade seria dos judeus e o oriental dos palestinos, mas que a cidade permaneceria sob um mandato internacional. Em julho de 1967, durante a Guerra dos Seis Dias com o Egito, as forças israelenses anexaram a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, as Colinas de Golã e a parte oriental de Jerusalém.

Este texto analisa as colunas e editoriais dos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* que tratam de dois eventos prévios à construção do tratado em 2020 e o reconhecimento pelo governo Trump de Jerusalém como capital indivisível de Israel. Sendo estes eventos o anúncio da transferência da embaixada, em 6 de dezembro de 2017, e a transferência de fato, em 14 de maio de 2018.

Primeiro ato: o anúncio de Donald Trump

Em 7 de dezembro, na sessão opinião, *O Globo* publicou anúncio sobre a transferência da embaixada. O jornal conferiu destaque às manifestações de preocupação por parte de líderes mundiais sobre a declaração de Trump, descrevendo o anúncio como uma “medida histórica, com alto potencial incendiário” capaz de aprofundar o isolamento dos EUA no Oriente Médio. Há o entendimento dos Estados Unidos como ator ativo na política do Oriente Médio que busca, pelo menos em discurso formal, a paz e estabilidade da região, a partir das suas definições de liberdade e democracia.

No dia 8 a *Folha de São Paulo* publica editorial evidenciando que o “reconhecimento da cidade como capital de Israel mina o papel dos EUA de mediador na questão palestina, e pode gerar novo ciclo de violência”. Assim como em *O Globo*, o editorial da *Folha* traz preocupações com a estabilidade da região, mas finaliza o texto ressaltando que Trump manteve o apoio à solução de dois estados, que ao entender do jornal, seria a melhor solução para o conflito.

Na mesma página, Hélio Schwartsman escreve que em um mundo perfeitamente racional a escolha de onde instalar uma embaixada não deveria causar acirramento de ânimos, pois seria determinada apenas pelo preço do terreno e a conveniência dos funcionários. Mas, observa que não vivemos em um mundo perfeitamente racional e adiciona “se há uma porção do planeta que a razão mais se faz ausente, ela é o Oriente Médio”. Para o colunista, a decisão de Trump é “esquisita”. Este é o primeiro de uma série de comentários que analisam a conjuntura rotulando-a de ilógica e insensata com adjetivos que a transformam em mais um atentado à existência palestina, algo acidental, e não parte integrante do projeto sionista. Sob a ótica estadunidense, Schwartsman afirma que Trump perdeu mais apoio, o dos líderes árabes, do que ganhou dos israelenses. No plano interno, a ação é percebida como um aceno à direita evangélica e a judeus

ultraconservadores, bases de apoio ao governo Trump. Schwartzman finaliza o texto dizendo “ao que tudo indica não é só no Oriente Médio que a razão anda fazendo falta, mas também na Casa Branca”.

Três dias após o anúncio, no dia 9, a coluna de Zuenir Ventura traz estudo da Universidade de Oxford indicando o perfil “perverso e narcisista” de Donald Trump, que é comparado a Adolf Hitler e Idi Amin Dada, ex-ditador de Uganda. A pesquisa fornece “embasamento” para a análise do colunista sobre a decisão considerada pouco racional. É comum observar nos meios de comunicação brasileiros análises em que o projeto político de Donald Trump seja desconsiderado e apenas rotulado como irracional. Contudo, toda decisão “maluca” tem um desdobramento político. O próprio Ventura aponta que os “evangélicos estão em êxtase”. Assim, tanto Schwartzman como Ventura classificam as atitudes de Trump como irracionais, mas ponderam que suas motivações podem estar vinculadas à política doméstica estadunidense, mais especificamente, ao atendimento das demandas de setores conservadores daquela sociedade.

No mesmo dia, artigo intitulado “Outra trapalhada de Trump” menciona que os EUA não consideram formalmente Jerusalém como capital indivisível de Israel, deixando, assim, as portas abertas para a negociação. É a primeira e única vez que o termo “capital indivisível” é usado para tratar da questão. Na publicação fica claro que apesar dessa ressalva, Israel segue seu plano de obras para tornar a cidade sua capital e até mesmo aliados históricos dos EUA veem com ceticismo a afirmação que esta decisão não impede uma negociação para o conflito. A publicação optou por uma citação do presidente da Turquia, Recep Erdogan, sobre o assunto, mas, assim como as demais publicações analisadas até o momento, não deu voz alguma para a Autoridade Palestina, ou para qualquer outro grupo ou instituição que falasse em nome daquele povo.

Na segunda-feira (11), a *Folha* cede espaço para as opiniões do diretor da Confederação Israelita do Brasil, Milton Seligman e para Uliad Rabah, diretor de Relações Institucionais da Federação Árabe Palestina do Brasil. Seligman posiciona Jerusalém como lugar onde as três religiões monoteístas coexistem em sua plenitude e que isso não costuma, propositalmente, ser mencionado quando discute o conflito de Israel com uma vizinhança considerada hostil que nega qualquer direito dos judeus sobre a região. O autor classifica os ataques à Israel como irracionais, esvaziando o conteúdo geopolítico e histórico da questão.

Seligman menciona que a parte ocidental da cidade contém as instituições do Estado, destacando que a região foi estabelecida no pré-guerra de 1967 e que não há contestação internacional sob tal área. Neste momento, o autor corrobora a versão de Trump de que o reconhecimento não seria impedimento para paz, pois a capital estaria no território legal da partilha da ONU.

O alinhamento discursivo entre EUA e Israel, fomentado pela ideologia direitista e conservadora de seus líderes, não é algo recente. O apoio incondicional dos Estados Unidos à Israel remonta a Guerra dos Sete Dias na qual, oficialmente, o Estado sionista se alinha ao bloco capitalista e se afasta da União Soviética, se transformando na esperança ocidental em meio a “irracionalidade árabe”.

O texto de Rabah contém a primeira opinião ativamente contrária aos Estados Unidos a aparecer no noticiário sobre o acontecimento. O autor diz “que não surpreende que parta dos EUA mais um ato de agressão aos palestinos” e aponta a responsabilidade estadunidense sobre o sofrimento do povo palestino, como financiador dos armamentos israelenses e como ator de veto no Conselho de Segurança da ONU garantindo a impunidade dos crimes cometidos por Israel. Rabah classifica a medida como “anti-histórica, ilegal e imoral” e finaliza dizendo que os EUA parece mais interessado em ajudar na “solução final” para a Palestina e que “a humanidade já conheceu as consequências de buscas supremacistas de pureza racial e étnica” fazendo clara relação entre os atos dos EUA e Israel aos cometidos no Holocausto. Rabah retoma argumento recorrente na defesa do povo palestino: o questionamento sobre como o povo judeu que sofreu tantas atrocidades poderia submeter outro povo ao mesmo tratamento.

Duas frases em destaque ilustram as opiniões divergentes. No texto de Seligman, que defende a imagem racional, democrática e, portanto, ocidental de Israel, lê-se em letras maiores e em negrito: *quanto mais Israel se sentir ameaçado pela hostilidade às suas legítimas aspirações, menos estará disposto a concessões*. Esta ameaça ilustra bem a posição de Israel no jogo: distribuindo as cartas e podendo se retirar sem grandes perdas. Mas qual seria esse jogo? A disputa entre um dos maiores poderes bélicos do mundo e uma população armada com pedras. A frase que se destaca no texto de Rabah faz uma chamada ao EUA para assumirem sua responsabilidade no sofrimento palestino: *Trump só faz jogar gasolina na fogueira e desabilitar os EUA do papel mediador isento na busca da paz entre palestinos e israelenses*. No trecho em destaque presume que os Estados Unidos, anteriormente a Trump, tinham neutralidade na questão, algo que não se pode

dizer com tal exatidão, a não ser que se ignore as relações históricas de apoio incondicional dos EUA para Israel. No mesmo destaque se pede a retomada do “mediador isento”, também, se assinala a necessidade palestina de uma mediação externa para ter possibilidades de participar das negociações.

Segundo ato: a transferência da embaixada

Menos de um ano após o anúncio da transferência e suas repercussões, em grande parte negativas, a embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém foi inaugurada em 14 de maio de 2018. A data escolhida não poderia ser melhor, ou pior, para evento cercado de tamanha controvérsia. Assim como a mudança da embaixada, a data escolhida é cercada por duas narrativas. Para os palestinos, em 14 de maio de 1948 se inicia a Al-Nakba, em árabe, a catástrofe, ou seja, a expulsão sistemática do povo palestino de suas casas e terras por milícias judaico-sionistas armadas que se tornaram, posteriormente, o exército de Israel. Do outro lado do muro, Israel comemora em 14 de maio o dia da sua independência, o término do mandato britânico sobre o território palestino e a fundação de um estado-nação judeu. Na mesma data tem início a primeira Guerra Árabe-Israelense, Egito, Líbano, Iraque e Arábia Saudita, que não aceitaram a interferência externa na região e o não cumprimento de promessas britânicas para a fundação de um Estado-nação palestino, declaram guerra a Israel. No estado judaico a guerra é conhecida como a Guerra de Libertação.

Partindo dessas duas narrativas, a *Folha* no dia 14 de maio, assim como fez no dia 11 de dezembro de 2017, traz dois artigos com o tema “70 anos da fundação do Estado de Israel”. O primeiro artigo “Sete décadas de avanços”, de Yossi Shelley, embaixador de Israel no Brasil, celebra as conquistas do Estado que “começou do nada” e “das cinzas que restaram do Holocausto”. O autor cita as conquistas no campo da economia, tecnologia e bem-estar da sua população em meio a “19 países que prometiam nos destruir”. Com orgulho, escreve que Israel nos últimos anos tornou-se mais que apenas um lar para o povo judeu, sendo também o 20º melhor país pra se nascer, segundo a revista *The Economist*, com PIB *per capita* mais alto que alguns países da Europa Ocidental. Segundo Shelley, “Israel é hoje um mosaico humano que reflete uma sociedade dinâmica e plural, sendo a única democracia da região, que acolhe todos os seus cidadãos, sejam eles judeus, drusos, muçulmanos, cristãos, bahais, entre outros”. O autor não faz menção ao povo palestino e à Palestina.

Para contrapor o embaixador, a *Folha* convida o jornalista Breno Altman que escreve o artigo “O ovo da serpente”. Em seu primeiro parágrafo Altman informa os ataques violentos na cerca divisória de Gaza, com dezenas de mortos e centenas de feridos, classificando o ato como “o retrato mais recente de um processo nefasto desde o seu nascedouro”. O artigo retoma o sionismo e a ideologia nacionalista responsável pela idealização de Israel. No trecho em destaque lemos: “A teoria de Herzl, assim, sempre se assentou sobre uma contradição fatal, que acabaria por expurgar seus valores mais humanistas: a soberania de um povo através da submissão de outro povo somente poderia redundar em opressão, violência e guerra”. O autor remonta fatos históricos que levaram à situação atual de Israel, cada vez próximo a um “híbrido sistema de castas”, e finaliza dizendo que, para os judeus, Israel é um país moderno e democrático, mas para os árabes-israelenses há um regime segregacionista e uma cidadania de segunda classe.

Ambos os textos procuram fazer uma retomada histórica do 14 de maio de 1948 até 14 de maio de 2018, mas sobre narrativas distintas: uma feita por um cidadão judeu que pode desfrutar de plenos direitos em um Estado de “primeiro mundo” e outro com a visão de uma população que vive em território sob ocupação militar nos últimos 70 anos.

Em 16 de maio, o artigo de opinião “Insensatez mata” publicado no *Estado* traz os números de mortos, 60, e feridos, 2.700, nos protestos contra a inauguração da embaixada. A publicação atribui o derramamento de sangue palestino a uma “sucessão de ações desastrosas que serviram para acirrar os ânimos em uma das regiões mais instáveis do mundo”. Estas correspondem à decisão de Trump e a aplicação de força desproporcional e letal pelos soldados israelenses com o fito de reprimir os protestos. O modo como o meio classifica as ações, “desastre”, retira a responsabilidade do Estado de Israel pelo assassinato e violência contínua infligidos à Palestina e a seus cidadãos, com chancela dos EUA e da comunidade internacional, que no máximo, quando muito, lançam notas de repúdio. Não é um acidente, mas um projeto de conquista colonial.

Em entrevista ao *Estadão*, o cônsul de Israel em São Paulo, Dori Goren, comparou o país a um lutador de sumô perante um menino de 5 anos que o espeta com uma agulha. O lutador pede para a criança parar, mas ela segue perturbando e quando o lutador perde a paciência e bate no garoto, “vem a mãe e faz um escândalo, perguntando se os jornalistas filmaram a

agressão. Isto é o que está acontecendo em Gaza”. Para o *Estadão*, o diplomata apenas pôs em palavras o que os soldados demonstraram na bala. Nesta declaração, Goren reafirma de maneira desavergonhada o controle do jogo por parte de Israel, assim como Yossi Shelley fez com seu artigo na *Folha* em 2017.

No mesmo dia (16), artigo publicado no *Globo*, “Entendimento Trump-Netanyahu é o sonho de todo radical”, relata que apesar da ligação histórica entre EUA e Israel, esta é a primeira vez que há tamanha afinidade entre um presidente estadunidense, mesmo entre os republicanos, e o partido da direita religiosa israelense, Likud, de Netanyahu. O texto aponta que muito dessa conexão se deve à presença dos radicais belicistas como John Bolton e Mike Pompeo no governo estadunidense, “o ingrediente que faltava para a agenda radical de Netanyahu”. A radicalização, neste caso, é posta em perspectiva pessoal e não integrada à onda conservadora e extremista crescente em todo o mundo. A transição também é percebida como outro movimento isolacionista de Trump, como [rasgar o acordo nuclear com o Irã](#).

Em 25 de maio, a coluna intitulada “Não podemos achar normal o massacre de Gaza” do jornalista Rasheed Abou-Alsamh, adota uma perspectiva palestina ao divulgar a história e os crimes cometidos por Israel. O texto informa o número de mortos e feridos em Gaza e critica a posição do exército israelense, que justifica seu comportamento sugerindo que manifestantes integravam o Hamas. Ou seja, na retórica israelense, os mortos e feridos eram terroristas, o que tudo justifica. O jornalista apresenta a precária realidade da população em Gaza citando a falta de acesso à energia elétrica e à água potável em um retrato da cidade símbolo do sofrimento do povo palestino. E termina criticando a negação israelense a cooperar com as investigações do massacre enquanto se declara como o país “mais democrático e justo” do Oriente Médio.

A coluna “É induzido o suicídio em Gaza”, publicada em 28 de maio e da autoria de Osias Wurman, cônsul honorário de Israel, responde o texto de Abou-Alsamh, considerado “eivado de imprecisões”. O autor reafirma a versão do exército israelense sobre os manifestantes, “é preciso esclarecer que 50 vítimas eram guerrilheiros do Hamas”, e pondera que “crianças, mulheres grávidas, deficientes físicos e bebês” foram levados para os protestos pela “irresponsável liderança de Gaza”. Wurman declara que indenizações foram prometidas para os feridos e mesadas para as famílias de terroristas presos ou mortos pelo exército israelense, sendo esta uma “prática comum das autoridades palestinas” segundo o cônsul.

O discurso oficial israelense culpabiliza os palestinos pela violência, e sugere que a defesa contra a barbárie em Gaza é monetariamente recompensada pelo Hamas. Para Wurman, o relato de que enquanto a embaixada era inaugurada em Jerusalém, palestinos estavam sendo mortos em Gaza, é malicioso, e faz parte da falaciosa “narrativa de vitimização que mantém o povo palestino como eternas vítimas e subjugados refugiados”. O colunista questiona diversas vezes a legitimidade dos protestos populares em Gaza, atribuindo-os à agitação provocada pelo Hamas. Depois de se posicionar na disputa narrativa sobre o dia 14 de maio de 2018, o colunista parte para a disputa acerca do significado de 14 de maio de 1948, afirmando que o desejo de retorno dos 700 mil palestinos expulsos de suas terras por Israel contrasta com os 800 mil judeus expulsos de países árabes após a Declaração de Independência de Israel. O autor finaliza o texto responsabilizando a desunião das lideranças palestinas, e a falta de vontade política das mesmas, para a construção da paz, pela situação dos territórios.

Conclusão

A análise revela três argumentos centrais nos episódios envolvendo Jerusalém. O primeiro, dos editoriais, reflete a opinião “institucional” dos jornais e colunistas que se apresentam como “neutros” e dispostos a apenas analisar os fatos. Estes observam a decisão de Trump como irracional, impulsiva e tomada a partir de uma falta de visão política e condenam o uso de violência letal contra os protestos em Gaza. Os editoriais tendem a conferir especial ênfase às ações perpetradas pelos Estados Unidos, discutindo o papel do país no conflito Israel-Palestina.

As outras duas opiniões se dividem entre pró-Palestina e pró-Israel. Aqueles que escrevem da perspectiva de uma visão palestina, como Rasheed Abou-Alsamh, destacam e procuram “divulgar” as violações pelas quais os palestinos passam nos 70 anos de ocupação israelense e os descumprimentos de resoluções internacionais. O esforço dos colunistas que representam a perspectiva israelense é evidenciar as grandes conquistas de Israel em contraste com os demais Estados que integram a região. Além de estimular uma falsa simetria entre a resistência do povo palestino e a violência realizada por Israel, essa ligeira pluralidade se limita aos artigos e colunas de opinião publicadas pelo jornal.

As decisões de Trump em relação a Jerusalém pressionam e influenciam diversos países do mundo a optar pela transferência da embaixada, dentre os quais o Brasil de Jair Bolsonaro. Para o povo palestino a posição do presidente brasileiro, embora não concretizada, evidenciou grande retrocesso nas relações diplomáticas. O reconhecimento pelo governo brasileiro do Estado Palestino desde 1947, e posteriormente, em 2010, dos territórios nos marcos das fronteiras de 1967, ou seja, considerando as ocupações israelenses como ilegais, foram marcos da posição brasileira baseada na não-ingêrência e na autodeterminação dos povos, pilares que hoje não mais integram a agenda da política externa do Governo Bolsonaro. Resta-nos esperar que com a saída de Donald Trump e a demissão de Ernesto Araújo produzam um resgate, mesmo que parcial, de nossa meritória tradição diplomática.

***Isadora Wadi Staduto** é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Integração Contemporânea na América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

***João Feres Júnior** é professor de ciência política do IESP-UERJ. É coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) e do Laboratório de Estudos de Mídia e Espaço Público (LEMEP)

Publicado originalmente no site do *Manchetômetro*.